



FOLHETIM DE GEOGRAFIAS AGRÁRIAS DO SUL

Revista Mutirão

ISSN: 2675-3472



Entre linhas e limites: a dicotomia social vivida pela comunidade caiçara da Vila Oratório (RJ) retratada nos mapas

Lorena de Jesus Trindade Amorim ¹

¹Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

RESUMO

O presente artigo aborda os conflitos territoriais enfrentados por comunidades tradicionais, especificamente caiçaras, no litoral norte de São Paulo e sul do Rio de Janeiro. Diante da modernização impulsionada pela expansão mercantil e construção da BR-101, a comunidade caiçara da Vila Oratório em Paraty, enfrentam desafios como roubo de identidade, genocídio cultural e privatização de praias por um condomínio de luxo. Destacando a resistência das comunidades invisíveis perante o poder público e a importância de seus territórios como expressões culturais e modos de subsistência. Com o avanço tecnológico, especialmente Sistemas de Informação Geográfica (SIG), a pesquisa destaca a oportunidade de integrar o conhecimento tradicional à cartografia moderna. O estudo de caso da Vila Oratório culmina na criação de um mapa participativo, ressaltando não apenas a luta contra a segregação espacial, mas a preservação das práticas culturais para as gerações futuras, utilizando tecnologias geoespaciais como ferramenta crucial na visibilização das demandas dessas comunidades tradicionais.

Palavras-chaves: cartografia social; comunidades tradicionais; conflitos territoriais; especulação imobiliária; mapeamento participativo.

Between lines and boundaries: the social dichotomy experienced by the caiçara community of Vila Oratório (RJ) depicted in maps

ABSTRACT

The present article addresses the territorial conflicts faced by traditional communities, specifically the caiçaras, along the northern coast of São Paulo and the southern region of Rio de Janeiro. In the face of modernization driven by mercantile expansion and the construction of the BR-101 highway, the caiçara community of Vila Oratório in Paraty confronts challenges such as identity theft, cultural genocide, and the privatization of beaches by a luxury condominium. Emphasizing the resilience of these communities, largely unseen by public authorities, the article underscores the significance of their territories as cultural expressions and means of subsistence. With technological advancement, particularly Geographic Information Systems (GIS), the research highlights the opportunity to integrate traditional knowledge into modern cartography. The case study of Vila Oratório concludes with the creation of a participatory map, emphasizing not only the struggle against spatial segregation but also the preservation of cultural practices for future generations. Geospatial technologies are positioned as a crucial tool in bringing visibility to the demands of these traditional communities.

Keywords: social cartography; traditional communities; territorial conflicts; real estate speculation; participatory mapping.

Entre líneas y límites: la dicotomía social vivida por la comunidad caiçara de Vila Oratório (RJ) reflejada en los mapas

RESUMEN

El presente artículo aborda los conflictos territoriales enfrentados por comunidades tradicionales, específicamente caiçaras, en el litoral norte de São Paulo y sur de Río de Janeiro. Ante la modernización impulsada por la expansión mercantil y la construcción de la BR-101, la comunidad caiçara de Vila Oratório en Paraty enfrenta desafíos como el robo de identidad, genocidio cultural y privatización de playas por un condominio de lujo. Se destaca la resistencia de estas comunidades, invisibles ante el poder público, y la importancia de sus territorios como expresiones culturales y medios de subsistencia. Con el avance tecnológico, especialmente los Sistemas de Información Geográfica (SIG), la investigación resalta la oportunidad de integrar el conocimiento tradicional a la cartografía moderna. El estudio de caso de Vila Oratório culmina en la creación de un mapa participativo, subrayando no solo la lucha contra la segregación espacial, sino también la preservación de las prácticas culturales para las generaciones futuras, utilizando tecnologías geoespaciales como una herramienta crucial para visualizar las demandas de estas comunidades tradicionales.

Palabras-clave: cartografía social; comunidades tradicionales; conflictos territoriales; especulación inmobiliaria; mapeo participativo.

INTRODUÇÃO

O litoral norte do estado de São Paulo e sul do estado do Rio de Janeiro tem como marco a chegada da modernidade na década de 1950, que resultou em vários conflitos territoriais com comunidades tradicionais da região, como os indígenas, quilombolas e caiçaras. A expansão das atividades mercantis e a construção da rodovia BR-101 despertaram o interesse de especuladores imobiliários, que ofereciam propostas inviáveis para esses grupos sociais. Entendemos que o território tradicional não pode ser compreendido apenas em seu aspecto natural, mas como uma identidade cultural e uma forma de sobrevivência para essas comunidades. O conceito de território se apresenta como um instrumento de poder político nas mãos da sociedade hegemônica, mas também como espaço de identidade cultural para os povos tradicionais. Para Medeiros (2009), “o território é uma parcela do espaço enraizada numa mesma identidade e que reúne indivíduos com o mesmo sentimento”. No entanto, o Brasil tem sido palco de disputas há séculos, e os direitos adquiridos por esses povos são frequentemente violados.

No município de Paraty (RJ), o roubo de identidade e o genocídio cultural são questões enfrentadas pela comunidade caiçara da Vila Oratório. A privatização das praias e a

ocupação do território pelo condomínio de luxo Laranjeiras resultaram em um processo de segregação espacial e redefinição para essas famílias tradicionais. No entanto, as gerações mais novas têm perdido o direito ao uso dos ranchos nas praias, o que gera conflitos contínuos entre os caiçaras e o condomínio.

O seringueiro não se separa da árvore, a quebradeira não se separa da palmeira, o índio não se separa da floresta” (ALMEIDA, 2005, p. 3) e não se separa pescador dos recursos hídricos. (CHAVES, 2011, p.77)

Por muitos anos o conhecimento geográfico e o poder de representação cartográfica foram monopolizados pelo Estado e pela elite dominante. Essa dissociação funciona como uma estratégia eurocêntrica para a “valorização do saber ao serviço da expansão do progresso e do capitalismo, indissociáveis entre si na época da expansão colonial” (RODRIGUES, 2005, p. 3). No entanto, com o avanço da tecnologia, especialmente dos Sistemas de Informação Geográfica (SIG), é possível uma aproximação entre o conhecimento milenar dos povos tradicionais e a tecnologia de mapeamento.

A partir da participação em um projeto de diagnóstico fundiário e cartorial dos territórios tradicionais caiçaras da Área de Proteção de Cairuçu, em Paraty, foi possível identificar demandas da comunidade caiçara da Vila Oratório, que enfrentam o desafio do reconhecimento como uma comunidade tradicional, pertencente dos costumes caiçaras, sendo invisíveis perante o poder público. Esse trabalho é resultado da dissertação em andamento, intitulado “A geotecnologia aplicada no resgate de identidades” que tem como produto final a confecção de um mapa participativo, seguindo uma abordagem colaborativa com os membros da comunidade caiçara resgatando a história e a ancestralidade dessas famílias, assim como seus costumes tradicionais. Assim tendo como objetivo trazer a visibilidade para a comunidade e suas demandas, levantando o histórico de ocupação da região e discutindo o apagamento dos povos tradicionais nos mapas.

O trabalho está organizado por segmentos, que inicio realizando uma análise da situação da comunidade caiçara da Vila Oratório em Paraty, RJ, abordando o histórico de conflitos territoriais decorrentes da modernização na década de 1950. A introdução destaca a importância do território como elemento crucial da identidade cultural e sobrevivência das comunidades tradicionais. Posteriormente concentro no caso específico da Vila Oratório, explorando questões como roubo de identidade, genocídio cultural e a privatização das praias

pelo condomínio de luxo, Laranjeiras. O segundo segmento aborda o avanço tecnológico, especialmente os Sistemas de Informação Geográfica (SIG), como ferramenta fundamental para integrar o conhecimento milenar dos povos tradicionais à cartografia moderna, apresento um estudo de caso detalhado sobre a Vila Oratório, destacando complexidades históricas e atuais disputas pelo acesso às praias. Abordo no mesmo capítulo a discussão do papel do mapeamento participativo como uma ferramenta contra hegemônica, utilizando uma metodologia que combina elementos da Cartografia Social e do Mapeamento Participativo. O resultado é a elaboração de um mapa de uso e ocupação do território, que não só representa dados georreferenciados, mas também a história e a ancestralidade das famílias caiçaras, contribuindo para a visibilidade da comunidade e suas demandas em meio ao apagamento nos mapas convencionais.

1. Estudo de caso: Vila Oratório em Paraty (RJ)

A comunidade caiçara da Vila Oratório resiste a prevalecer as práticas tradicionais se reinventando ao longo dos anos, a fim de adaptar as novas condutas estabelecidas em seu território por parte do condomínio e a unidade de conservação que a sobrepõe. Sua história é composta por diversas sobreposições e reconstrução de suas práticas tradicionais, já que os mais antigos da comunidade atualmente contam que antes da chegada das multinacionais, Brascan e Adela, responsáveis pela construção do condomínio na localidade, existia uma fazenda chamada Santa Maria, que a comunidade descreveu ter mantido uma relação pacífica ao longo do tempo. A partir da idealização e construção da BR-101, surgem maior tensão na área, gerando múltiplos conflitos territoriais pela Costa Verde. A narrativa sobre a implementação deste condomínio, no que hoje conhecemos como Vila Oratório, em meado dos anos 70, foi que a população que antes ocupava as praias, especificamente 20 famílias caiçaras, assinaram um acordo estabelecido pelas empresas sem “oposição”. O acordo consistia em uma casa de alvenaria para cada família, mais 20 mil cruzeiros e 4 alqueires de terra na mata, além disso, permitiram a construção do rancho na praia. O rancho são abrigos para as canoas (embarcação) e apetrechos de pesca. Porém, relatos históricos dos próprios moradores, descrevem uma outra versão deste acontecimento, onde tiverem pessoas que não

aceitaram e foram coagidas a aceitarem o acordo. Também tiveram famílias caiçaras que apenas venderam suas terras, aceitando o dinheiro e retiraram-se do local.

Os caiçaras são grupos tradicionais que se formaram a partir da mistura de contribuições étnico-culturais dos indígenas, portugueses e africanos. Essas comunidades apresentam práticas como a agricultura de subsistência, a pesca artesanal, o extrativismo vegetal e o artesanato. Portanto, quando se utiliza do conceito território para enfatizar a luta desses povos, é justamente para preservar não apenas um espaço geográfico, mas um modo de vida profundamente enraizado em suas tradições culturais. Contudo, em uma sociedade moderna, a concepção de território torna-se mais pragmática do que simbólica devido ao afastamento entre a sociedade e a natureza. O sentimento de pertencimento não está mais vinculado a um local específico, mas sim a diferentes escalas, conforme abordado pela multiterritorialidade de Rogerio Haesbaerth. Haesbaerth destaca que a elite globalizada tem a capacidade de escolher entre diferentes territórios, vivenciando uma multiterritorialidade efetiva, enquanto aqueles na base da pirâmide social muitas vezes não têm sequer a opção de um "primeiro" território, entendido como o local básico para a reprodução física cotidiana (Haesbaert, 2004, p.17).

Nesse contexto, os condomínios, segundo Levy (2010), são enclaves fortificados que visam proporcionar qualidade de vida e segurança para grupos sociais específicos. A desapropriação das famílias caiçaras e a subsequente construção do condomínio resultou em um padrão de segregação espacial e social, evidenciado por muros que restringem o acesso às praias. Esse fenômeno reflete a dinâmica imposta por condomínios fechados, manifestando-se como uma prática comum na sociedade moderna (LEVY, 2010, p.98).

Portanto, após a desapropriação das famílias caiçara, o acesso restrito às praias, antes essencial para a subsistência e identidade cultural dessa comunidade, torna-se uma manifestação visível das transformações sociais e territoriais associadas à modernidade e aos padrões contemporâneos de uso do território. O Ministério Público Federal (MPF) tem monitorado o Condomínio Laranjeiras desde 2009, quando moveu uma ação civil pública contra a privatização de praias, trilhas e caminhos. Em 2016, houve um acordo entre o MPF e o condomínio para garantir o acesso livre às praias, assim sendo, foram abertas trilhas, porém difíceis em seu trajeto. O rancho também é um problema, atualmente o condomínio omite o tamanho acordado, criam diversas dificuldades aos caiçaras acessarem a área, por exemplo, processam os comunitários que tentam caminhar no local acusando de “invasão de domicílio”

e ainda alegam que o direito é apenas dos caixaras antigos que fizeram parte do acordo, impedindo assim o direitos aos filhos e das novas gerações.

2. Avanço Tecnológico e o Mapeamento Participativo

No Brasil, as delimitações e demarcações de terras é realizada e identificada por órgãos governamentais. O principal instrumento para esse reconhecimento é por meio de estudos antropológicos e por mapas feito do território. Contudo, importante salientar que os mapas são representações sobrecarregadas de ideologias, sendo um conhecimento estratégico nas mãos daqueles que detêm de poder. Sendo ARANGO (2007),

“Os mapas na sociedade atual foram estabelecidos como documentos essenciais na determinação dos direitos territoriais e de propriedade, de maneira que sua manipulação adquiriu um caráter estratégico, em que as omissões e silêncios intencionais permitiram resolver os projetos militares do Estado e os interesses comerciais para o estabelecimento de monopólios de mercado” (apud MASCARELLO, 2018, p.130).

Em vista disso, com o Estado e a Elite dominante utilizando da técnica de mapeamento para legitimar suas ações, controlando e dominando esses povos e comunidades tradicionais diante de seus territórios, por que não se apropriar de ferramentas tecnológicas em um movimento contra hegemônico garantido assim acesso à terra e a perpetuação de suas práticas culturais?

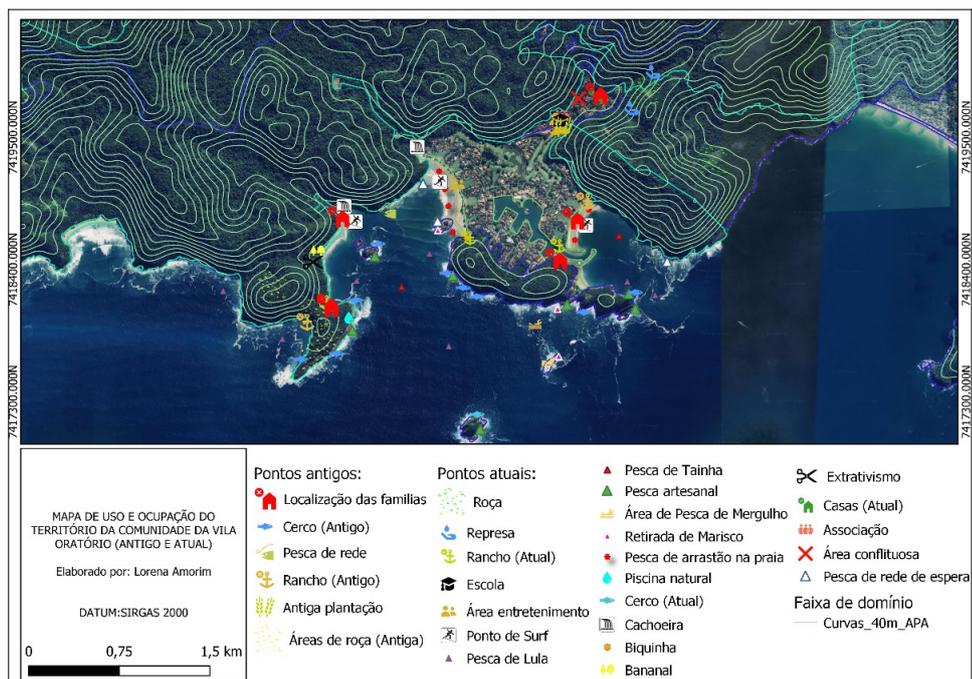
Como resultado, surgem os mapeamentos participativos, mapeamento colaborativos e a definição de Cartografia social. A Cartografia social é um campo do conhecimento que ainda está em construção, cuja a proposta conceitual e metodológica contempla a utilização de técnicas e vivencias na confecção de mapas coletivos, pelos indivíduos e grupos conhecedores do território (HERRERA, 2009; SEEMANN,2011). Sendo assim, um mapeamento de aspectos sociais com grupos envolvidos em questões de justiça social ou justiça socioambiental.

A Cartografia socia é diversificada, não seguindo um padrão pré-definido como na cartografia oficial, que assume “eficácia universal”. Desta maneira, não existe a sistematização de sua abordagem, reconhecendo que cada lugar e comunidade possui particularidades únicas em relação aos territórios. Esse conhecimento conecta com o

mapeamento participativo, pois utiliza de técnicas como metodologia durante a experiência cartográfica, destacando oficinas, entrevistas, marcação de pontos com a comunidade, etc. Logo, esta pesquisa utilizou da metodologia abordada por CARVAJAL (2005, p.6) que consiste em três etapas: investigação, ação e sistematização. A comunidade caiçara da Vila Oratório participou da investigação, compartilhando seus saberes e experiências ao longo do tempo. Isso permitiu a reatualização da memória individual e coletiva, favorecendo a cultura dos narradores. A participação foi o elo mais importante de todo o processo cartográfico, possibilitando a troca de conhecimentos e experiências. A ação envolveu o conhecimento da realidade em que se atua, comprovando a validade das histórias e origens. Na etapa de sistematização, os dados da experiência foram organizados e dimensionados, consolidando o conhecimento, dados e práticas.

Portanto, a metodologia empregada combina elementos da Cartografia Social, com enfoque na participação da comunidade, e o Mapeamento Participativo, permitindo que os próprios membros da comunidade sejam protagonistas na elaboração dos mapas que representem sua história e território. O estudo resultou na elaboração de um mapa de uso e ocupação do território da comunidade caiçara da Vila Oratório (Figura 1), com 84 pontos georreferenciados.

Figura 1 – Uso e ocupação do Território da comunidade da Vila Oratório.



Fonte: Amorim, L. 2023.

A percepção espacial do território, vista em perspectivas tridimensionais pelos membros mais velhos e mais jovens, utilizam referências atuais, construídas após a chegada do condomínio, para demonstrar partes da fazenda que eles ainda se recordam. Ao contrário de comunidades isoladas que têm dificuldade em se localizar no mapa, essa comunidade, que passou pelo processo de desapropriação, possui o mapa do condomínio presente em vários espaços, uma vez que gerações da comunidade trabalharam lá. Portanto, o mapa resultante da Cartografia Social fortalece a identidade da comunidade, reconhecendo-a como detentora de saberes tradicionais e expressando sua percepção do território por meio de seu automeapeamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Evidenciando a relação entre o condomínio e a comunidade ao longo dos anos, destacando o forte domínio e poder exercido pelo condomínio no território. Os comunitários enfrentam restrições e processos judiciais por várias razões, incluindo o acesso à praia, que requer passar por um caminho na mata ou enfrentar multas por atravessar as ruas do condomínio. Isso priva a comunidade de sua principal fonte de renda, a pesca e o turismo.

Muitos membros da comunidade se sentem coagidos e acabam vendendo suas terras para se estabelecerem em outro lugar, sendo os principais compradores os próprios condôminos do condomínio de Laranjeiras. A ocupação do território ao longo dos anos revela a estratégia do condomínio em exercer um domínio total, por meio da aquisição de terras, e repressão à comunidade que insiste em permanecer e resistir no local de direito, apesar das adversidades promovidas pelo condomínio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAMS, C. **Identidade Caiçara: exclusão histórica e sócio-ambiental**. In: Atualidades em Etnobiologia e Etnoecologia. Palestras Convidadas do IV Simpósio Brasileiro de Etnobiologia e Etnoecologia. Ulysses P. de Albuquerque (org.), Recife: Sociedade Brasileira de Etnobiologia e Etnoecologia. 2002 p. 27 -43.

CARVAJAL, J.C. **Territorio y cartografía social**. In: Fortalecimiento de las organizaciones pertenecientes a la asociación de proyectos comunitarios. A.P.C. Popayán, 2005.

CHAVES, Carla Ramôa. **Mapeamento Participativo da Pesca Artesanal da Baía de Guanabara. Rio de Janeiro, 2011**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011, 184p.

CLAVAL, P. **O território na transição da pós-modernidade**. GEOgraphia – Ano 1 – No 2 – 1999.

HAESBAERT, Rogério. **Identidades territoriais**. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto L., Manifestações da cultura no espaço. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999.

HAESBAERT, Rogério; RAMOS, Marina T. **O mito da desterritorialização econômica**. Geographia, ano 6, n. 12, p. 25-48, 2004.

LEVY, D. R. **Os condomínios residenciais fechados e a reconceitualização do exercício da cidadania nos espaços urbanos**. Ponto-e-vírgula, 7: 95-108, 2010.

RODRIGUES, Fátima da Cruz. Mapas: (Re)Cortes Coloniais. In: O Cabo dos Trabalhos: **Revista Electrónica dos Programas de Mestrado e Doutoramento do CES/ FEUC/ FLUC**, No 1, 2006.

SAQUET, M. A. SPOSITO, E. S. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos** --1.ed.-- São Paulo : Expressão Popular : UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009, p.217.

Lorena de Jesus Trindade Amorim

Licenciada em Geografia pela Universidade Federal Fluminense, Angra dos Reis. Mestranda em Geografia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Especialista em Geoprocessamento e Análise espacial pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. No âmbito acadêmico possui experiência em métodos participativos para elaboração de mapas sociais e em Geoprocessamento. Membro do Grupo de Pesquisas que fortalece a autonomia territorial com cartografia social, Cartonomia.

Email: lotrindaderj@gmail.com